

## PUBLICIDADE LEGAL

# Vendas do varejo crescem 0,6% em março

De acordo com a pesquisa, o comércio eletrônico foi um dos principais destaques de março, com alta nominal de 10,5%

PATRICIA COMUNELLO/ESPECIAL/JC

O faturamento do varejo brasileiro registrou expansão de 0,6%, já descontando a inflação, em março de 2026, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, segundo o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA). Segundo o levantamento, como o carnaval de 2026 caiu no mês passado e a Páscoa no primeiro fim de semana de abril isso impactou diretamente nas vendas do setor no período. No primeiro trimestre, a receita, no entanto, apresentou retração real, com queda de 1,3% no volume de vendas, apesar do crescimento nominal de 1,8%, evidenciando que a inflação anulou o avanço observado em valores correntes, conforme a Cielo.

De acordo com a pesquisa, o comércio eletrônico foi um dos principais destaques de março, com alta nominal de 10,5%, bem acima do varejo físico, que avançou 1,5%. A performance do canal digital está associada, sobretudo, às campanhas promocionais do mês do consumidor, tradicionalmente mais concentradas no ambiente online.

“Os números de março confirmam um varejo mais resiliente e estratégico. Mesmo com inflação pressionando e o consumidor mais cauteloso, estímulos promocionais, efeitos positivos de calendário e a força do digital ajudaram a sustentar o crescimento nominal. O cenário mostra um consumidor seletivo, mas ainda disposto a consumir quando há oportunidade clara de valor”, afirmou, em nota, o vice-presidente de Negócios

da Cielo, Carlos Alves.

De acordo com o levantamento, o resultado de março foi influenciado principalmente pela base de comparação mais favorável, já que o carnaval ocorreu em fevereiro em 2026, enquanto em 2025 foi celebrado em março. Esse deslocamento beneficiou segmentos que costumam ter restrições operacionais durante o feriado, como autopeças e serviços automotivos, ao mesmo tempo em que impactou negativamente setores tradicionalmente aquecidos pela data, como bares e restaurantes.

Outro fator relevante foi a antecipação da Páscoa, celebrada no início de abril em 2026, o que concentrou parte das compras no fim de março e contribuiu para o desempenho do varejo no período.

No entanto, se descontar o efeito calendário, o ICVA revela um recuo de 1,0% em março. Ou seja, os eventos deste ano foram responsáveis pelo resultado positivo. O desempenho mais fraco sem os efeitos das datas comemorativas reforça a percepção de um consumidor ainda cauteloso, com a renda pressionada pela inflação e o endividamento recorde das famílias - que alcançou 80,4% em março, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Ainda assim, houve recuo na parcela de famílias que declara não ter condições de quitar suas dívidas, o que indica um esforço maior de organização financeira, com priorização de gastos essenciais e maior intermitência nas compras discricionárias.



No primeiro trimestre, a receita, no entanto, apresentou retração real, com queda de 1,3% no volume de vendas

rias.

Em março, descontada a inflação, o macrossetor de bens não duráveis foi o destaque em março, com crescimento de 3,2%, impulsionado principalmente pela Páscoa, informa a Cielo. O varejo alimentício especializado apresentou bom desempenho, enquanto cosméticos e higiene pessoal recuaram. O macrossetor de Serviços registrou queda de 3,7%, impactado por Alimentação - Bares e Restaurantes. Já Bens duráveis e semiduráveis apresentaram recuo de 1,8%, com destaque positivo para móveis, eletrodomésticos e lojas de departamento, beneficiados por promoções.

Na análise regional, o Nordeste foi a região que apresentou o maior crescimento real, com alta de 1,9% no ICVA deflacionado sem ajuste de calendário. O Sul teve avanço de 1,4%. As demais regiões

registraram queda. Segundo o levantamento, no recorte por unidades da federação, alguns Estados se destacaram positivamente no desempenho do varejo em março. Em termos deflacionados, Sergipe liderou o crescimento, com alta de 6,5%, seguido por Amapá (+5,0%) e Minas Gerais (+4,0%), indicando um dinamismo regional relevante mesmo em um cenário macroeconômico ainda desafiador. “Os resultados sugerem que, nesses Estados, fatores como estímulos sazonais, recomposição de consumo e maior resiliência de setores específicos contribuíram para um desempenho acima da média nacional”, informou a Cielo.

Na outra ponta, alguns Estados registraram retração no período. Pará apresentou a maior queda, com recuo de 3,4%, seguido por Goiás (-2,0%) e Roraima (-1,4%). O desempenho mais fraco nessas

regiões pode refletir uma combinação de fatores, como maior sensibilidade à inflação, menor intensidade de estímulos ao consumo e dinâmica setorial menos favorável no mês. A Cielo ressalta, ainda, que a cautela do consumidor também pode explicar o crescimento das vendas em setores não essenciais como turismo e transportes, que registraram alta relevante no mês, especialmente companhias aéreas. “A elevação do preço do barril de petróleo, ao gerar incerteza sobre custos futuros, pode ter estimulado a antecipação na compra de passagens, em um contexto em que as passagens aéreas avançaram 5,94% no período”, acrescenta. “Dinâmica semelhante foi observada nos postos de combustíveis, onde o consumo nominal cresceu, possivelmente refletindo a preocupação do consumidor com novas altas nos preços na bomba.”

## Tesouro: carga tributária bruta do Governo Geral cresce a 32,40% do PIB em 2025

A carga tributária bruta do Governo Geral (Governo Central, Estados e municípios) cresceu de 32,22% para 32,40% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2024 e 2025, segundo estimativas publicadas nesta sexta-feira, pelo Tesouro Nacional. É o maior nível da série histórica disponibilizada pelo órgão, que vai de 2010 até o ano passado.

O aumento geral foi puxado pelo Governo Central, cuja carga tributária bruta cresceu de

21,34% para 21,60% do PIB no período, uma alta de 0,26 ponto porcentual. Também é o maior nível da série. A carga tributária dos Estados diminuiu 0,10 ponto do PIB, de 8,48% para 8,38%, e a dos municípios cresceu 0,03 ponto, de 2,40% para 2,43%.

Segundo o Tesouro, a alta da carga tributária do Governo Central foi puxada principalmente por um acréscimo de 0,23 ponto do PIB no imposto de renda retido na fonte, por causa do aumen-

to da massa salarial.

“Em relação aos impostos sobre bens e serviços, é importante mencionar o aumento de 0,10 ponto do PIB nos Impostos sobre operações financeiras (IOF), resultado decorrente de operações relativas à saída de moeda estrangeira e da elevação das alíquotas incidentes sobre operações de câmbio e crédito”, diz o Tesouro, no relatório de estimativa de carga tributária.

A arrecadação das contribui-

ções para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) cresceu o equivalente a 0,12 ponto do PIB, impulsionada pela reoneração escalonada da contribuição patronal e da folha de pagamentos e pelo crescimento da massa salarial e do emprego, segundo o órgão.

Nos Estados, a queda da carga tributária foi puxada por uma redução de 0,09 ponto do PIB na arrecadação de ICMS, que cresceu abaixo da economia. “Esse

movimento também reflete a composição do crescimento econômico em 2025, concentrado em setores sobre os quais não há incidência do ICMS, ou sua incidência é reduzida”, diz o Tesouro.

O principal destaque nos municípios foi o aumento de 0,02 ponto do PIB na arrecadação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), puxado pelo crescimento do setor de serviços no ano passado, segundo o Tesouro.